

BURGUESIA E ESTADO NO BRASIL: UM BALANÇO CRÍTICO*

*Hélgio Trindade***

A presença dominante de variáveis de natureza política nas análises sobre a evolução e tendências recentes da sociedade brasileira ao longo destes 10 últimos anos de regime autoritário — fenômeno que Weffort (1978, p. 17) chama “politicismo” — reflete-se, de um lado, no interesse geral dos cientistas sociais pelo regime autoritário em vigor e, mais recentemente, no interesse pelas possibilidades e limites da “abertura democrática”. De outro lado, essas análises políticas revelam um esforço de alargamento das bases analíticas para compreender o processo histórico nacional dos últimos 50 anos.

Uma das principais conseqüências desse fato foi o fim da hegemonia do “economicismo” e do “sociologismo” que tendiam a generalizar para o conjunto da sociedade brasileira as transformações em curso no setor mais desenvolvido do País. Essa transformação nas ciências sociais no Brasil, que Florestan Fernandes¹ deplora e no interior da qual se inscrevem a maioria das grandes áreas de reflexão das novas gerações de pesquisadores, conduziu à pluralização e ao enriquecimento da teoria e da análise empírica que têm por objeto a sociedade brasileira.

Sublinhamos primeiramente neste artigo que um dos efeitos mais fortes dessa reformulação de paradigmas explicativos (sem pretender discutir seu mérito) foi o de matizar os estudos sobre a participação da **burguesia enquanto classe politicamente estratégica** nas transformações da sociedade, quando se compara seu papel ao que foi atribuído à “burguesia nacional” durante o período de maior mobilização sob a república populista.

* O presente artigo foi traduzido por Sueli e João Pedro Barros Cassal do original francês *La Bourgeoisie Brésilienne en Question*, publicado no nº 5, da Revista “*Amérique Latine*”, Centre de Recherche sur L’Amérique Latine et le Tiers Monde (CETRAL), Paris, 1981.

** Professor titular de Ciência Política da UFRGS.

¹ “Os círculos acadêmicos abandonaram o uso do conceito de dominação burguesa, a teoria de classes e, especialmente, a aplicação da noção de revolução burguesa à etapa da transição para o capital industrial nas nações capitalistas da periferia” (1977, p. 144).

Abstraindo-se as razões históricas e epistemológicas que provocam essa mudança de problemática, o consenso (entre economistas, sociólogos e politicólogos de diversas tendências) é obtido em torno da idéia de que o núcleo mais sólido para se compreender a natureza e a perspectiva de um modelo de desenvolvimento brasileiro reside no papel do Estado, e não mais no papel desempenhado pelas classes sociais.

Essa mudança de ótica está relacionada com a expansão do aparelho estatal e de sua importância tanto no plano econômico quanto no político, acentuada de maneira decisiva após a intervenção militar de 1964.

Um fato confirma essa nova tendência da melhor forma possível. A única obra comportando uma análise sistemática do regime instaurado em 1964 centrada no papel da burguesia enquanto classe social é a de Florestan Fernandes: o novo sistema é definido nessa obra como sistema de “modelo autocrático-burguês”². Florestan Fernandes, que retoma o processo de formação e de evolução da burguesia brasileira, tem o mérito de deslocar o epicentro da “revolução burguesa” dos anos trinta³ para uma fase posterior aos anos sessenta⁴.

Esse declínio do papel central da burguesia na interpretação da nova ordem autoritária, que predominava no período “nacional populista”, não significa que a importância estratégica da burguesia tenha diminuído com a implantação do “Estado burocrático-autoritário”⁵. A diferença fundamental reside no fato de que, em um contexto de forte expansão do Estado, durante os anos que se seguiram à intervenção militar, a classe burguesa não aparece mais como o “motor” do desenvolvimento. Cardoso (1967, p. 680) reconheceu esse fato em um artigo sobre a hegemonia burguesa no Brasil:

“A política do desenvolvimento fundada na impulsão dinâmica do setor industrial e financeiro da burguesia nacional chegou a seu termo, o que não significa que a burguesia industrial tenha sido excluída dos novos sistemas de alianças”.

Essa nova tendência não aparece unicamente no Brasil. Touraine (1976, p. 92), analisando o interesse dos pesquisadores latino-americanos pelas classes sociais, observa: “(. . .) as principais personagens da história latino-americana recente não parecem ser a burguesia e o proletariado (. . .) mas sim o capital estrangeiro e o Estado”

² Cf. Fernandes (1976).

³ Segundo W. G. dos Santos e N. Werneck Sodré, a Revolução de 30 provoca a “(. . .) remodelação do aparelho de Estado de sorte a servir melhor aos interesses da burguesia em franca ascensão” (Santos apud Sodré, 1976, p. 227).

⁴ “A militarização das estruturas e das funções do Estado nacional simplificou e fortaleceu todo o processo, conferindo, finalmente, à vinculação da dominação burguesa com uma ditadura de classe explícita e institucionalizada uma eficácia que ela jamais alcançaria sob o Estado democrático-burguês convencional” (Fernandes, 1977, p. 308).

⁵ Cf. O'Donnel (1973).

Sem pretender discutir essa mudança fundamental e recente das ciências sociais na América Latina, estas páginas têm por objetivo uma avaliação crítica das duas interpretações dominantes do papel da burguesia industrial no desenvolvimento brasileiro: em primeiro lugar, a hipótese segundo a qual, durante o período populista (1945-64), a burguesia é mitificada ideologicamente; em segundo, o ponto de vista de que, com a implantação do autoritarismo militar, a burguesia se torna cativa do Estado.

1 – A burguesia mitificada: da ideologia da “burguesia nacional” à sua desmistificação empírica

Nos anos 60, um dos conceitos mais difundidos pela literatura sócio-política era o de “burguesia nacional”. Os textos ideológicos da esquerda militante, os ensaios sociológicos sobre a “realidade nacional”, a maioria das análises acadêmicas legitimavam teoricamente a viabilidade de um projeto burguês liberal e democrático. Esse projeto, sob a hegemonia da “burguesia nacional”, encabeçando o setor moderno da sociedade, com vistas a seu “desenvolvimento nacional autônomo”, obrigava o setor tradicional da sociedade subordinado aos latifúndios aliados ao imperialismo a renunciar irreversivelmente à sua dominação.

Esse perfil da “revolução brasileira” em maturação, estruturado pelo mito mobilizador de um “projeto burguês nacional”, era então moeda corrente nas discussões da “intelligentzia” brasileira. O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), criado pelo Governo em 1955, sob o espesso manto da “ideologia desenvolvimentista”, foi o principal laboratório ideológico onde se forjou e se difundiu o mito soreliano de “burguesia nacional”. Essa cobertura institucional, que legitimava as tiradas nacionalistas dos “intelectuais orgânicos” do desenvolvimento sob Juscelino Kubitschek, deu seus frutos no momento mesmo em que, paradoxalmente, o Governo estimulava a entrada maciça de investimentos estrangeiros.

A ideologia do ISEB, que nos anos 60 se transformou em um nacionalismo de esquerda (bem que muitos de seus intelectuais se tenham deixado influenciar nos anos 30 pelo nacionalismo de tipo fascista do Integralismo⁶), deu origem a diversas teorias sobre alianças de classes necessárias à realização de um projeto nacional burguês. Os ensaios de Álvaro Vieira Pinto, de Cândido Mendes, de Néelson Werneck Sodré e de Roland Corbisier (conscientes, segundo este último, da “responsabilidade das elites”) consideravam que a principal contradição da sociedade brasileira era “nação—antinação”. Apesar das divergências de terminologia entre autores, Navarro Toledo (1977, p. 122) demonstra, em sua análise sobre o ISEB como “usina de ideologias” que

⁶ Movimento de caráter fascista, originário de São Paulo, que se tornou o primeiro partido de massa no Brasil. Inspirado por Plínio Salgado em 1932 e eliminado durante o Estado Novo por Vargas em 1938. Ver Trindade (1974).

“(. . .) os pontos comuns excedem as divergências, [porque] “(. . .) fundamentalmente, o pólo **nação** estaria representado pelos setores produtivos das três classes básicas que compõem a formação social brasileira: burguesia, classe média e proletariado. Os setores improdutivos ou decadentes dessas mesmas classes representariam o pólo antinacão”.

Na universidade, a maior parte das análises feitas pelos economistas e sociólogos opunham-se de preferência ao diagnóstico feito pelo ISEB sobre o processo em curso. Estudos sistemáticos sobre a dinâmica do modelo de substituição de importações e sobre a política mobilizadora do populismo fundamentavam essa opinião. Octávio Ianni (1965, p. 99 e 119), por exemplo, em **Estado e Capitalismo – Estrutura Social e Industrialização no Brasil**, mesmo reconhecendo que em uma “(. . .) política de desenvolvimento econômico, o Estado é o mais importante centro de decisão”, afirma no entanto que “(. . .) o que singulariza a burguesia industrial no Brasil é que a sua hegemonia está repartida com outras facções da burguesia e se apóia, deliberadamente, em composições sucessivas com o proletariado, em conjunto ou em suas facções”. Somente o impacto de uma transformação que interrompeu brutalmente o processo democrático e demonstrou a fragilidade alienante das alianças presumidas de classes foi capaz de minar a validade do paradigma dominante.

Uma das primeiras críticas do caráter ideológico do “projeto burguês” aparece em um artigo de Cardoso, publicado na França em 1967⁷. O autor não hesita em considerar a polarização política “setor moderno—setor tradicional” como “uma visão simplificada e deformada”, à medida que ela conduz ao

“(. . .) sucesso prático e ideológico de um dos dois pólos: o setor moderno. A posição do pólo oposto se deduzia desta análise por exclusão e por oposição. O papel atribuído às massas era o de enfraquecer e colocar em dificuldade a ordem tradicional tanto em seu aspecto institucional e social como em seus fundamentos econômicos”.

E ele conclui, descrevendo a lógica do processo:

“O desenvolvimento geral da nação devia resultar do encontro entre as opções políticas populistas (implicando necessariamente um aumento da participação social e política das massas urbanas e, em uma certa medida, uma distribuição de renda em favor delas) e o nacionalismo econômico”.

O que é necessário sublinhar nessa avaliação crítica é que o foco dinâmico do setor moderno da sociedade, no centro do qual se encontrava a direção política e econômica do modelo nacional-populista burguês, era indiscutivelmente a “burguesia nacional” mitológica.

⁷ Esse artigo foi publicado em um número especial de *Les Temps Modernes* sobre o Brasil, de 1967: C. Furtado, H. Jaguaribe, F. Weffort, F. Fernandes, O. M. Carpeaux e A. Callado contribuíram nesse número.

O próprio Celso Furtado, que defendia a viabilidade de um desenvolvimento econômico autônomo no Brasil, mesmo reconhecendo que “(. . .) um fato muito significativo marcou a década de sessenta, a ascensão do grupo industrial à posição de elemento hegemônico do sistema nacional do poder”, observa, em 1974, em sua análise sobre o “modelo brasileiro”:

“É bem menos apropriado falar de surgimento e de consolidação de uma **burguesia nacional** do que de implantação local da nova burguesia internacional ligada ao capitalismo dos grandes conglomerados transnacionais” (Furtado, 1974, p. 52 e 55).

Na mesma ordem de idéias, Touraine coloca em questão a validade do conceito de “burguesia nacional” para o conjunto das sociedades dependentes da América Latina: e ele vai mais longe do que Furtado:

“(. . .) o agente principal de transformação econômica e social na América Latina não foi uma burguesia nacional, como na Inglaterra ou na França, nem um Estado nacional associado a elementos de uma classe dirigente como na Alemanha, na Itália e no Japão, mas uma burguesia estrangeira” (Touraine, 1976, p. 95).

Sem discutir a legitimação do conceito de “burguesia nacional” nas sociedades periféricas, o essencial no caso brasileiro é submeter esse conceito ao teste da análise histórica. A viabilidade de um projeto burguês de desenvolvimento nacional não pode ser unicamente deduzida a nível do conceito e do discurso ideológico mobilizador, mas deve ser deduzida sobretudo a nível do comportamento da burguesia face às situações onde se impunha a opção ao mesmo tempo autônoma e contraditória com outros interesses econômicos e sociais igualmente poderosos. Desde então, é importante não somente rever de um ponto de vista histórico a natureza da Revolução de 30, salientada por Boris Fausto⁸, mas também as razões que pressionaram a burguesia autóctone a renunciar a suas prerrogativas nacionais para assistir passivamente à penetração maciça de investimentos estrangeiros, quando a substituição das importações, no Governo de Kubitschek, estava em seu apogeu, na euforia de uma expansão capitalista. Mais tarde ainda, com a radicalização do Governo Goulart, no momento em que o mercado interno podia ampliar-se através de uma reforma agrária, centrada nos latifúndios improdutivos e nas terras que se estendem ao longo das grandes vias nacionais, valorizadas pelos investimentos governamentais, a “burguesia nacional” recusou-se a assumir suas contradições face aos interesses agrários e preferiu refugiar-se sob a tutela de um regime autoritário, fazendo aliança com os militares na conspiração e no poder.

Quem melhor exprimiu o fracasso do “mito mobilizador” da “burguesia nacional” foi, mais uma vez, Cardoso. Rompendo com as tradições analíticas da “revolução burguesa”, ele atribui à burguesia interna “(. . .) um papel subalterno na

⁸ Ver Fausto (1970).

condução do desenvolvimento, ou seja, como submissa ao setor público no caso em que se desenvolvesse uma política econômica independente”. E ele conclui com uma ironia profética:

“(. . .) no primeiro caso, o desenvolvimento industrial talvez seja atingido, mas a hegemonia burguesa, em termos nacionais, encontrar-se-á no museu das ideologias e com a idéia de uma economia independente. No segundo caso, o desenvolvimento nacional será atingido, mas a burguesia como força social pertencerá então à história do desenvolvimento social” (Cardoso, 1967, p. 680).

No entanto, o fator principal de desmistificação da “burguesia nacional”, enquanto classe com vocação hegemônica, está associado ao desenvolvimento das pesquisas sobre a origem, a composição, a ideologia e a influência política da burguesia industrial a partir dos meados da década de 60. Se bem que os dados recolhidos por pesquisadores de obediência diversa não abrangem totalmente o período de industrialização no Brasil, seus resultados permitem observações do maior interesse.

O trabalho pioneiro, que faz a transição entre a análise mitológica da “burguesia nacional” e um primeiro perfil empírico do industrial brasileiro, é manifestamente o de Cardoso, elaborado antes do colapso do populismo. A análise tem como centro a descrição e a explicação da diversidade política e sociológica da burguesia no interior do setor dinâmico do desenvolvimento brasileiro (São Paulo): “A heterogeneidade dos grupos que compõem a burguesia industrial dificulta a descoberta de denominadores comuns que redefinem os valores dos industriais”. Cardoso acrescenta que essa “diversidade” é devida à origem social dos industriais⁹, mas o questionamento do papel político da burguesia industrial vai além; ele constata com efeito que, mesmo a nível das associações de classes, “(. . .) a heterogeneidade da camada industrial e as condições concretas de sua ação refletem-se da mesma forma, impedindo a definição clara e coerente dos interesses de classe”. Essa contradição da “ideologia industrial” se explica: “(. . .) a participação nas atividades sindicais, que impõe, necessariamente, uma dimensão política ao comportamento e à ação política, é encarada negativamente pela massa dos industriais” (Cardoso, 1964, p. 164).¹⁰ Car-

⁹ Como explicou Cardoso: “(. . .) têm-se, num lado, grupos de imigrantes, noutra, segmentos das antigas camadas senhoriais que se dedicavam à agricultura ou à exportação”. Paradoxalmente, “(. . .) o primeiro grupo supera em número o segundo por causa da concentração industrial nas áreas de imigração do centro-sul, mas a influência política do segundo grupo é muito grande até hoje” (Cardoso, 1964, p. 160). A primeira versão dessa problemática foi publicada em *Sociologie du Travail* (1963).

¹⁰ Como complemento, ele considera dois outros elementos que exercem um “efeito de amortecimento” na integração da burguesia industrial: de um lado, a falta de qualificação dos operários não permite recorrer a uma política operária agressiva e não exige em contrapartida que o patronato se empenhe em uma política de defesa coordenada. De outro lado, poucos industriais estão, então, em condições de aplicar uma política agressiva de desenvolvimento que aumentaria o controle político e econômico da burguesia industrial.

doso, consciente no entanto de que o nível de controle político dos industriais sobre o aparelho de Estado é restrito, lamenta no final que “a persistência desta atitude” leva os industriais a “(. . .) desprezar um tipo de comportamento que lhes é essencial” (Cardoso, 1964, p. 164). Nessa ótica, ele dirige sua atenção para os empreendedores mais jovens que começam a “(. . .) se opor aos grupos minoritários que manipulam os sindicatos e federações com fins pessoais”. Ele espera assim que

“(. . .) a persistência e subseqüente generalização destas tendências, que por enquanto encontram expressão apenas em grupos restritos de industriais, poderá permitir a mobilização dos recursos materiais de que a burguesia industrial já dispõe e a dinamização das aspirações e motivações dos industriais no sentido de transformarem-se ‘de jure’ em camada política dominante” (Cardoso, 1964, p. 175).

A contribuição de Cardoso foi o ponto de partida de novas investigações. Ele próprio ampliou suas pesquisas e publicou em 1968 um documento sobre **As Elites Empresariais na América Latina** (Cardoso, 1968). Mas o estudo mais ambicioso sobre esse tema foi o de Luciano Martins em 1973.

As pesquisas de Martins sobre a burguesia industrial, iniciadas em 1964, visam a uma problemática mais vasta. Em seu primeiro estudo sobre a formação dos empresários no Brasil, a partir de pesquisas efetuadas sobre os industriais de São Paulo e da Guanabara, o autor compara dois grupos em períodos históricos distintos (1914-38 e 1938-62). Ele constata que a grande mobilidade intersetorial no interior de cada geração afeta, muito provavelmente, o nível de sedimentação da “consciência de classe” dessa categoria; apenas 8% desses empresários durante o período 1914-38 e 22% no período 1938-62 conservaram seus cargos de chefe de empresa. Por outro lado, o autor acrescenta um dado novo sobre a origem dos empresários industriais, ampliando as observações de Cardoso sobre o papel das atividades especificamente urbanas no recrutamento dos industriais¹¹. Posteriormente, em **Industrialização, Burguesia Nacional e Desenvolvimento** (1968), Martins propõe uma “introdução à crise brasileira” que, alguns anos depois, será incorporada a uma interpretação mais vasta da “formação e da evolução das estruturas políticas no Brasil”¹², referindo-se ao modelo teórico da “modernização conservadora” de Barrington Moore. Ele extraiu desse modelo as observações seguintes¹³:

¹¹ Ver Martins (1966, p. 18).

¹² Refiro-me a Martins (1968 e 1976).

¹³ Esses dados baseiam-se em uma pesquisa realizada junto a industriais “multibilionários” (capital superior a quatro bilhões de cruzeiros em 1962), “bilionários” (um a quatro bilhões de cruzeiros em 1962) e “médios”, dos centros industriais de São Paulo e da Guanabara.

“(. . .) a crise pós-desenvolvimentista dos anos sessenta, as particularidades e a direção que assumiu o processo, e o padrão de poder que então se explicitou na maioria dos países latino-americanos vieram a exigir um redimensionamento da questão. O que antes era tido como **dado** passou a ser **questionado**”.

A base empírica da assertiva do autor é construída a partir das respostas dadas pelos industriais à questão de sua “auto-atribuição de poder”. Uma dupla subordinação aparece: de um lado, as classes produtoras “(. . .) são percebidas pelos grandes industriais como sempre subordinadas ao Estado” e, de outro lado, elas se sentem igualmente sob a subordinação do “setor financeiro” que ocupa, segundo esses grandes industriais, uma “posição de destaque na formulação da política econômica”. Por conseguinte, conclui o autor,

“(. . .) ao invés, portanto, de uma pretendida assunção a um papel hegemônico na sociedade, ou ao controle dos centros de decisão, (. . .) os grandes empresários industriais nacionais (. . .) **se percebem como ocupando uma posição de dependência face ao Estado** (grifo nosso) e a outros grupos na sociedade. E que o grau dessa dependência aumentou na fase mais recente do processo (. . .)” (Martins, 1968, p. 108, 141 e 143), conclusão que coincide com a de Schmitter (1971, p. 361) em seu estudo clássico sobre os conflitos de interesses no Brasil.

Em seu último trabalho, Martins, apoiando-se no peso político dos industriais, mesmo durante o Governo Kubitschek “(. . .) sendo este último que, entre todos os governos entre 1945 e 1966, lhes trouxera mais lucros”), considera que, apesar do grande número de organismos de representação dos diferentes setores da produção industrial,

“(. . .) essas transformações refletem a diferenciação de interesses no seio do patronato e a **modernização** das relações econômicas e políticas, mas não implicam uma mudança substancial na posição ocupada pelos empresários relativamente a outros setores das elites no interior do sistema de decisão” (Martins, 1976, p. 426).

A desmistificação empírica da ideologia da “burguesia nacional” não engendra uma concepção simétrica que desacredite o papel da burguesia industrial dos anos 30 até nossos dias. As pesquisas de Diniz retomam a questão com novas fontes empíricas¹⁴, atentas à ação concreta dos setores da burguesia industrial e “(. . .) suas conexões com o poder central através de sua inserção em certos órgãos consultivos de estrutura corporativa, típicos do período 1930-45, bem como de sua articulação nas organizações de classe então institucionalizadas” (Diniz, 1978, p. 21). Limitan-

¹⁴ Trata-se de um programa de pesquisas sobre **Empresariado Nacional e Estado no Brasil**, desenvolvido no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ).

do-se à fase que precede a república populista, a autora procura aprofundar o papel da burguesia industrial em uma época crucial para o estabelecimento de um padrão básico de desenvolvimento brasileiro, sem grandes alterações até 1960. Sua grande contribuição é ter revelado, após ter desideologizado a “burguesia nacional”, um certo equilíbrio nas relações entre a burguesia e o aparelho de Estado. Como observa Weffort, a autora

“(. . .) aceita o fato da preeminência do Estado, pelo menos tão real hoje quanto nos anos 30 e meados dos anos 40, mas isto não a leva a nenhum politicismo’. É que ela, ao mesmo tempo, recusa-se a aceitar que das interpretações anteriores tendentes a magnificar o protagonismo burguês se passe, agora, ao outro extremo, igualmente equivocado, de recusar ao empresariado qualquer significação política” (Weffort, 1978, p. 17-8).

Os pressupostos de Diniz são explícitos. Seu “(. . .) ponto de partida é a visão da crise política dos anos 30 em termos de uma crise de poder, refletindo basicamente uma situação de ausência de hegemonia ao nível dos grupos dominantes”. Por conseguinte, “(. . .) a não-hegemonia burguesa está associada a tendência a prevalecer a força do núcleo estatal como agente de mudança e equilíbrio entre as diversas forças sociais em confronto”, já que “(. . .) o papel preponderante do Estado na constituição de um novo modelo de crescimento econômico (. . .) aparece como a contrapartida da aludida crise de hegemonia”. Rejeitando então a visão dicotômica das relações Estado—sociedade, a autora pergunta-se se “a importância do Estado como núcleo dinâmico do sistema” engendra uma interpretação oposta, isto é, “(. . .) derivações (. . .) acerca da fragilidade e mesmo da passividade de grupos sociais específicos, aí incluída a burguesia industrial” (Diniz, 1978, p. 20). Fundamentando-se em discussões a propósito da política econômica e financeira em curso nos órgãos de natureza consultiva do Estado¹⁵ e nas atividades dos órgãos de representação de classe¹⁶, Diniz descobre que a forma de participação corporativa dos industriais no aparelho do Estado

“(. . .) permitir-lhes-ia um novo modo de acesso aos centros de decisão” e que “(. . .) a prática das negociações segmentadas entre o setor público e o privado no interior de tais organismos, possibilitar-lhes-ia alianças com técnicos e funcionários governamentais, o que transformaria o aparelho burocrático de Estado em um campo privilegiado de redefinição das alianças políticas”.

¹⁵ Análise dos processos concernentes às questões de política econômico-financeira pelos seguintes organismos: Conselho Federal de Comércio Exterior, Conselho Técnico de Economia e Finanças, Conselho Nacional de Política Industrial e Comissão de Planejamento Econômico.

¹⁶ No Rio de Janeiro, Centro Industrial do Brasil, Confederação Industrial do Brasil, Confederação Nacional da Indústria e Associação Comercial do Rio de Janeiro; em São Paulo, Federação das Indústrias de São Paulo.

Distante, então, das posições extremas de uma burguesia hegemônica que mantém o Estado submisso ou de um Estado acima das classes, a autora sustenta que “(. . .) o aumento da capacidade de pressão e do poder de barganha dos industriais se daria num contexto marcado pela presença de um Estado forte e de acordo com regras definidas para preservar a primazia estatal” (Diniz, 1978, p. 293). Sem ver uma “revolução burguesa” nos acontecimentos dos anos 30 ela evita igualmente o outro extremo, ao contrário de Martins, pois, mesmo reconhecendo “(. . .) uma mudança na composição da elite dirigente e o aparecimento de grupos técnicos no seio da burocracia”, ele considera que os “revolucionários, uma vez no poder, não teriam dado provas de nenhuma vontade deliberada de aplicar uma estratégia tendo em vista intensificar a industrialização (Martins, 1980, p. 13 e 17). A posição de Diniz parece mais plausível:

“(. . .) no seu desdobramento, a Revolução de Trinta transcenderia seu horizonte inicial, contornando suas próprias limitações de origem e, nesse processo, a burguesia desempenharia um papel importante na destruição do mito agrarista, na tentativa de imposição do prestígio da atividade industrial, na superação de concepções antiindustrialistas, tais como o caráter puramente fiscal da política tarifária e a tese das indústrias artificiais, entre outras, a influência do setor industrial seria decisiva. Sua atuação representaria, ao nível dos grupos dominantes, uma das principais fontes de inconformismo diante da perspectiva continuísta derivada do antigo predomínio dos interesses oligárquicos cuja ideologia exaltava a vocação rural do país” (Diniz, 1978, p. 265-66).

Dessa forma, a questão sobre a burguesia é reintroduzida não mais em termos ideológicos, mas a partir de dados sobre o peso específico das indústrias em ascensão e sobre o novo modelo “corporativo” de articulação com os centros de decisão a nível do Estado após os anos 30. Essa análise é indispensável para uma interpretação mais coerente das relações entre o Estado e a burguesia durante o período populista de 1945 a 1964.

2 — A burguesia cativa: da submissão ao autoritarismo tecnocrático ao questionamento de uma economia sem milagre

Quando se interroga sobre o mito mobilizador da “burguesia nacional” e se vê esta burguesia, contrariamente ao otimismo apregoado por seus mentores, preferir a submissão pretoriana de um desenvolvimento subordinado à segurança nacional a afrontar os desafios históricos da mobilização populista, é permitido inquirir-se sobre a situação da burguesia industrial no contexto do novo “Estado burocrático-industrial” após 1964. A resposta a essa questão não é fácil, tendo em vista a enorme quantidade de modelos de interpretação produzidos durante o período autori-

tário. No entanto, a abordagem que domina, contrariamente àquela que, antes da ascensão dos militares ao poder, valorizava a “burguesia nacional” com vocação hegemônica, vê a burguesia subordinada ao Estado e não mais etnocentricamente mitificada segundo o modelo clássico da revolução burguesa. Com exceção de Florestan Fernandes que tenta reintroduzir a revolução burguesa no interior do “modelo autocrático-burguês”, a maioria dos analistas concordam com a idéia de uma burguesia submissa ao Estado.

A mudança de ótica sobre a problemática das relações entre a burguesia e o Estado daria origem, ao contrário da idéia de uma burguesia autônoma, a uma nova concepção. A mistificação seria transferida da “burguesia nacional” a um tipo específico de aparelho estatal: “o Estado tecnoburocrático-capitalista”. A autonomia do sistema autoritário face à sociedade, combinada com a ascensão de uma camada tecnocrática às decisões do Estado, engendra outras teorias; estas, liberadas das análises clássicas sobre o “bonapartismo” e o “bismarckismo”,¹⁷ introduzem uma inovação: “o modo de produção tecnocrático”.

Seu principal teórico no Brasil é Bresser Pereira (1977), o qual se propõe lançar as bases de uma “economia política periférica” em **Estado e Subdesenvolvimento Industrializado**.

Sem discutir o mérito das referências teóricas do autor¹⁸ e suas conseqüências sobre a ortodoxia marxista,¹⁹ apenas reteremos a aplicação desse conceito ao caso brasileiro. Se bem que recorra a todo o aparelho conceitual que legitima a emergência de um novo modo de produção, o autor reconhece, contudo, que, no Brasil, este novo modo de produção está ainda em vias de implantação, embora já tenha tomado forma historicamente em outras sociedades.²⁰ Ele se justifica dessa forma:

“(. . .) enquanto o capitalismo se caracteriza pela separação dos meios de produção dos trabalhadores, e a apropriação privada destes meios pela burguesia (. . .), o tecnoburocratismo é a propriedade estatal ou tecnoburocrática dos meios de produção”²¹.

Teoricamente, então, trata-se na verdade da formação de um novo modo de produção (o tecnoburocrático) e de uma nova classe social (a tecnocracia).

¹⁷ Ver dois artigos que discutem esta questão: Rouquié (1975, p. 1029-62) e Hermet (1975, p. 1077-110).

¹⁸ Além de Marx, Lenin e Trotsky ele se refere sobretudo a Castoriadis, Ch. Bettelheim e Cl. Lefort.

¹⁹ Para uma crítica dessa interpretação aplicada ao caso brasileiro, ver Hirata (1979, p. 86-107).

²⁰ Como observa Hirata (1979, p. 87), “(. . .) esses conceitos foram elaborados a partir do estudo da União Soviética em particular; em seguida veremos sua utilização para explicar o fenômeno da expansão do Estado nos países subdesenvolvidos”.

²¹ Segundo Bresser Pereira (1977, p. 23), “(. . .) a emergência de uma nova classe, a tecnoburocracia, a partir da definição de novas relações de produção e do surgimento, dentro de formações sociais predominantemente capitalistas, de traços do modo tecnoburocrático de produção, implicavam também a necessidade de uma ampla reformulação da Economia Política”.

A aplicação ao caso brasileiro é interessante: se a hegemonia do Estado associado ao “modo de produção tecnocrático” é exacerbada, esse método se enraíza igualmente na análise crítica da ideologia da “burguesia nacional”. Isso permitirá revelar o parentesco entre duas teorias que, em épocas direntes, representaram interpretações diametralmente opostas e igualmente mistificadoras das relações entre o Estado e a burguesia no Brasil. Negando a existência, em países periféricos, de uma burguesia industrial que não seja a aliada das transnacionais (com exceção das frações da pequena e da média burguesia), Bresser Pereira explica o fracasso do Estado populista pela “incapacidade de a burguesia industrial realizar esse projeto”, quer dizer, de “transformar-se em burguesia nacional apta a definir e a conduzir um projeto nacional”. Como consequência dessa falência histórica, ela aceitou tornar-se “(. . .) uma burguesia consular associando-se aos interesses das empresas transnacionais”. Esse novo modelo, posterior a 1964, denominado na terminologia do autor de “Estado tecnoburocrático-capitalista”, ter-se-ia rearticulado sobre os escombros do pacto populista e legitimar-se-ia como “revolução” pela criação de uma nova aliança entre a burguesia “cativa” e a tecnocracia:

“(. . .) nascida de um golpe, transforma-se em uma revolução à medida que modifica significativamente o sistema de poder do país, excluindo os trabalhadores, reunificando a burguesia e admitindo um novo parceiro à aliança de classes dominantes, a tecnoburocracia” (Pereira, 1977, p. 360).

Se a interpretação de Bresser Pereira sobre o autoritarismo no Brasil se assemelha ainda, sob certos aspectos, aos escritos sociológicos do ISEB (se bem que o autor se tenha oposto aos ensaios dos anos 60), a análise de Carlos Estavam Martins (1974), em **Tecnocracia e Capitalismo**, parece, ao mesmo tempo, mais especulativa e mais prudente. A interpretação deste pesquisador do CEBRAP distingue-se não somente por sua problemática, mas também porque suas hipóteses teóricas, oriundas de uma pesquisa de tipo “survey” junto a 200 tecnocratas de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, são mais matizadas e, sobretudo, porque resiste em aceitar como irreversível a constituição de um novo modo de produção.

Esteavam Martins parte do fato de que o termo “tecnocracia” é ambíguo: ele apresenta significados analíticos “negativos” e “positivos”. Em suas diversas acepções “negativas”,

“(. . .) o termo tecnocracia não teria qualquer utilidade teórica, embora possa ter várias serventias ideológicas, se fosse apenas um sinônimo de outras expressões já existentes (como, por exemplo, burocracia, secularização, assessoria técnica, etc.), usadas para denotar manifestações da realidade que são, de fato distintas do fenômeno tecnocrático” (Martins, 1974, p. 49).

Feita essa elucidação, o autor concentra sua análise nos significados “positivos”²². Co-

²² As acepções positivas do termo são: a tecnocracia como “modo de produção”, como “regime político”, como “componente de um sistema de alianças” e como “ideologia”.

mo Bresser Pereira, E. Martins aborda em primeiro lugar “a tecnocracia como modo de produção”, mas distingue o emprego “científico” do termo de seu emprego “ideológico”. Ele critica Galbraith e afirma que “especialistas mais sérios e responsáveis tais como Veblen” fixaram o emprego científico e não ideológico do termo “tecnocracia”. Proclamar, com efeito,

“(. . .) que vivemos numa sociedade tecnocrática é rigorosamente equivalente à asserção de que a sociedade em que vivemos não é escravagista, nem socialista, nem feudal ou capitalista, mas, ao contrário, é uma sociedade dominada por um novo modo de produção que, por motivos quase sempre ignorados ou propositalmente omitidos, chamamos de tecnocrático” (Martins, 1974, p. 50).

A idéia subjacente à aceção ideológica do termo, segundo o autor, equivaleria a afirmar que

“(. . .) o capitalismo está acabado, [que] (. . .) o modo de produção tecnocrático tende, igualmente, a substituir-se ao modo de produção socialista, [por conseguinte,] (. . .) não se trata mais do Estado burguês, mas de um Estado orientado pelos ditames da ciência e da técnica a serviço do desenvolvimento de todas as potencialidades da nação” (Martins, 1974, p. 50-1).

A análise de Estevam Martins é mais fecunda no plano teórico quando trata das relações entre a tecnocracia e o regime e de suas implicações no sistema das alianças. Ele distingue o “poder das autoridades” (regime político) do “poder do Estado” (Estado) e deduz daí que

“(. . .) a existência de tal regime não requer necessariamente que a sociedade em que se instale seja também tecnocrática, uma vez que, por ser apenas um regime político, ele pode perfeitamente constituir-se no interior de uma sociedade capitalista cujo funcionamento se baseia no modo capitalista de produção respaldado pelo poder do Estado capitalista” (Martins, 1974, p. 78).

Ele se distancia criticamente do processo anunciado por Bresser, ao mesmo tempo que considera que

“(. . .) o regime tecnocrático correlaciona-se mais estreitamente com o modelo autoritário do que com qualquer outro, [porque] (. . .) o tecnocrata só se sente à vontade quando se encontra ilhado por uma camada protetora representada por um aparelho de Estado forte”.

O autor conclui que

“(. . .) é muito menos importante saber quem toma as decisões ou segundo que procedimentos as decisões são tomadas do que garantir o resultado líquido expresso em termos de acumulação capitalista. Para o Estado capitalista o que conta não é o poder, mas a dominação” (Martins, 1974, p. 86-8).

No entanto, se as posições de Estevam Martins e de Bresser Pereira não coincidem em todos os aspectos, elas concordam em um ponto: a ascensão de um poder tecnocrático no Brasil, a partir de 1964. A diferença entre eles é a seguinte: o primeiro anuncia como um fenômeno irreversível o advento do modo de produção tecnoburocrático, do qual o Estado autoritário é ou será o agente; o segundo, também sensível a esse fenômeno, coloca condições para a sua realização efetiva. Sem concluir, Martins parece emitir a hipótese seguinte: “(. . .) uma elite tecnocrática alheia à classe dominante seria integrada às engrenagens do poder, já que indispensável ao funcionamento do sistema”. Supondo-se, então, uma expansão da tecnocracia no interior do aparelho de Estado, coloca-se a questão de saber “(. . .) se ela seria a tal ponto poderosa ou suficientemente poderosa para ser capaz de negociar as condições de sua permanência na órbita do poder dominante”. Essa situação, a nível dos sistemas de alianças, parece admissível para Estevam Martins a partir do momento em que “(. . .) a tecnoburocracia propõe-se não somente como simples categoria social, mas como classe”. Então, nessa configuração histórica, ele acaba por admitir a possibilidade de um arranjo tecnocrático de poder no interior do que ele chama “alternativa autonomista”:

“(. . .) este é o caso em que a tecnocracia irrompe dentro do aparelho estatal como força independente, disposta a jogar o seu próprio jogo, sem compromissos de base com quaisquer interesses constituídos (. . .) para representar uma autêntica reviravolta histórica, necessita fundar-se no projeto de constituição do modo tecnocrático de produção” (Martins, 1974, p. 95-8).

A conseqüência principal dessas duas perspectivas, onde se coloca em destaque a emergência do fenômeno tecnocrático no Brasil, sem colocar em causa o modo de produção capitalista, é que elas reduzem a burguesia a ter apenas um papel secundário. Aqui, a fim de melhor apreender através de que lógica a burguesia inseriu-se no sistema atual, é fundamental evitar uma nova visão errônea da burguesia, ou seja, vê-la submissa após tê-la mitificado. Sem subestimar a importância dos dois fenômenos correlativos aparecidos após 1964 — a expansão do aparelho de Estado e a ascensão ao nível das decisões governamentais de uma camada tecnocrática —, a natureza da burguesia industrial sob um regime autoritário continua mal definida.

Procurando compreender melhor as relações entre a burguesia e o sistema autoritário, Vilma Figueiredo (1978), em **O Desenvolvimento Dependente Brasileiro**, parece partir de um ponto de vista mais equilibrado. Ela reconhece que

“(. . .) de 1964 a 1972, surgiu uma tendência na formação social brasileira para a emergência de uma burguesia estatal poderosa, composta de militares e técnicos do governo, que está comprometida com o crescimento econômico, a eficiência e a expansão das empresas econômicas governamentais e que está, crescentemente, entregando-se ao ‘nacionalismo racional’”.

Ela observa também que, a nível da reestruturação das classes sociais, o pacto do sistema atual exprime uma “associação não antagônica dos proprietários de ter-

ra e de diferentes frações da burguesia: as burguesias internacional, nacional e estatal”; mas nem por isso ela se autoriza a concluir que se constitui em um novo modo de produção e que o sistema capitalista esteja prestes a ser superado. Sua análise sobre a industrialização, as classes sociais e o Estado entre o fim do populismo e a institucionalização política do autoritarismo (1960-72) conclui que

“(. . .) enquanto não surgir nenhuma associação de classes antagônicas nos governos autoritários, não surgirá nenhuma ameaça radical ao desenvolvimento capitalista, nem um questionamento radical será endereçado ao caráter dependente deste desenvolvimento” (Figueiredo, 1978, p. 143-5).

Partindo-se do pressuposto de que, em um futuro próximo, não é previsível nenhuma alteração qualitativa do modo de produção capitalista, a melhor abordagem não é pensar que a burguesia está cedendo diante da classe tecnoburocrática, mas apreender o papel da burguesia industrial sob o atual sistema. Sem comprometer-se com a validade do modelo da “teoria da dependência” e com as interpretações dadas da função do Estado na crise do desenvolvimento capitalista na América Latina, é indubitável que a burguesia industrial, no novo sistema de alianças com a tecnocracia estatal e através de novas formas de associação com o capitalismo internacional, continua a ocupar um lugar considerável no interior do “bloco de poder” implantado com o golpe militar de 1964. Sobre esse ponto de vista não podemos esquecer a advertência de Cardoso: se existem alguns países na América Latina que “(. . .) conhecem um desenvolvimento capitalista pronunciado, seria contraditório supor o desaparecimento, como por milagre, de uma burguesia local”, e estes países seriam determinados apenas “pelos interesses dos monopólios estrangeiros”. Surgiu então, precisa Cardoso,

“(. . .) um processo mais complexo no interior do qual as burguesias locais se redefinem (. . .). Assim a burguesia mexicana associada igualmente ao capital monopolista, mantendo — porém — o Estado sob controle sem os militares, é diferente da burguesia brasileira que não conseguiu controlar diretamente (. . .) o aparelho estatal”.

Ele conclui:

“o que desapareceu verdadeiramente é a **ideologia** de uma burguesia nacional operando a revolução social-democrata, apoderando-se politicamente do Estado pelas eleições, e lançando-se à conquista do espaço econômico através de um imperialismo nacional” (Cardoso, 1977, p. 230-31).

Um estudo recente de Cerqueira e Boschi (1977) sobre a elite industrial dos anos 70 chama atenção para um ponto: a partir do Governo Geisel,

“(. . .) o processo de diferenciação do aparelho estatal tem assumido proporções notáveis (. . .); [coexistem] um processo altamente centralizado de tomada de decisões e uma atomização e especialização muito altas nas formas de o Estado captar as informações, ou seja, em termos

dos canais existentes para a absorção dos interesses dos diversos grupos sociais. [Resulta daí que] (...) o poder é excessivamente disperso a nível ministerial, porém centralizado a nível das etapas cruciais do processo decisório e a nível das decisões estratégicas, concentradas no Conselho de Desenvolvimento Econômico”.

Essa estrutura do sistema de decisão do Estado provoca a crítica da maioria dos industriais; com efeito,

“(. . .) se, por um lado, a fragmentação da estrutura de poder multiplica os canais de acesso ao governo (fato que é ao mesmo tempo positiva e negativamente valorado), por outro lado, expressa-se a insatisfação com a natureza ‘fechada’ do processo decisório no que concerne a medidas globais para a economia, que afetam de perto os interesses do empresário” (Cerqueira & Boschi, 1977, p. 172).

Esses comentários permitem apreender a ambigüidade não somente da atitude do patronato, mas também da própria estrutura do sistema de decisão governamental, a qual provoca nos representantes da burguesia industrial, segundo o setor ao qual pertencem, julgamentos contraditórios. Se um representante do setor de bens de capital declara que “(. . .) hoje o sistema é mais descentralizado, mais aberto, [mas também] (. . .) que cada assunto precisa ser tratado com um ministro diferente, o que de certa forma é pior”, um representante do setor de bens de consumo não duráveis afirma que “(. . .) o governo Geisel encontra-se bastante distanciado das classes empresariais. O Presidente absorve todo o poder de decisão e a máquina do governo não funciona como um todo(. . .)” (Cerqueira & Boschi, 1977). Esse fenômeno está sem dúvida ligado à ausência de uma ideologia homogênea entre os industriais, mas ele se prende também à mudança de orientações da política governamental que privilegiou a produção de bens de capital e não mais a produção de bens de consumo duráveis como na época do “milagre econômico”. Além do mais, como constata Celso Lafer, mesmo se o Governo Geisel

“(. . .) eliminou o monopólio, por parte da máquina do Estado, da geração e discussão dos programas de ação, (. . .) na medida em que não abriu mão dos instrumentos de exceção, continua a reter não só, como qualquer governo, o monopólio da conversão das preferências individuais em decisões públicas, mas também os termos de referência de sua própria legitimidade (. . .) (Lafer, 1975, p. 127).

Finalmente, o que concluem os autores sobre os industriais, após a descrição sistemática da ideologia da burguesia nacional em contexto autoritário?

A conclusão quase não surpreende. Eles admitem que “(. . .) efetivamente uma elite de classe, no sentido gramsciano, não é encontrada na burguesia brasileira”, mas introduzem, ao mesmo tempo, esta reserva:

“(. . .) embora a classe burguesa seja fragmentada, é necessário recuperar, nas análises de atuação política, a sua capacidade de sustentar um projeto de dominação capitalista, quanto mais não fora, senão pela pró-

pria articulação de um núcleo da elite industrial que (...) conseguiu insinuar-se nos meandros da atividade estatal e manter sua integridade econômica” (Cerqueira & Boschi, 1977, p. 186-7).

3 — Burguesia e Estado autoritário

No entanto, a conclusão de Cerqueira e Boschi coloca nitidamente uma questão complexa. Se a burguesia não é em si uma classe hegemônica e se, ao mesmo tempo, o regime autoritário não engendra a hegemonia tecnocrática, quais seriam, então, as formas de relações efetivas entre a burguesia e o Estado? E quais são as orientações propostas explicitamente pela burguesia à política governamental?

Sem pretender responder sistematicamente a essas duas difíceis questões, impõe-se tentar, no término deste estudo, uma breve exploração.

O problema das relações entre a burguesia e o Estado em situações de “capitalismo político” deve ser considerado, como mostra César Guimarães, em função de três possíveis formas de relacionamento: “o capitalismo **implementado** politicamente, o capitalismo **orientado** politicamente, o capitalismo **dirigido** pelo Estado” (Guimarães, 1977, p. 39). Para o autor, a estratégia do patronato consiste em querer, tanto quanto possível, um capitalismo **orientado** politicamente e em evitar o capitalismo **dirigido** pelo Estado. Ele acrescenta: “(...) a primeira forma (...) requeriria uma ordem política liberal, as duas outras têm apresentado ‘afinidades eletivas’ com regimes autoritários” (Guimarães, 1977, p. 39). Supondo-se que a última forma seja atualmente dominante no Brasil, resta sublinhar que os esquemas mais correntes da articulação entre os interesses da burguesia e do Estado se organizam em torno de dois esquemas de base: “o **corporativismo subordinado**”, proposto por Schmitter em razão da legislação de inspiração corporativista que viceja no Brasil desde o **Estado Novo**; e o mecanismo dos “**anéis burocráticos**”, proposto por Cardoso, que, colocados no interior do aparelho de Estado, reunificariam um conjunto de interessados em uma “policy”, cooptando parcelas do setor privado. De acordo com Guimarães, um terceiro modelo implantar-se-ia no Brasil:

“(. . .) a articulação de interesses econômicos gerais se manifesta quando o empresariado se reconhece como uma classe e exhibe certa solidariedade de interesses, ainda que ‘no campo puramente econômico’, [e] (. . .) procura impedir a possível consolidação de um capitalismo dirigido pelo Estado” (Guimarães, 1977, p. 40, 42-3).

Quanto à última questão relativa às orientações da burguesia face ao Estado, é necessário distinguir dois momentos cronológicos. O primeiro inscreve-se em uma fase de expansão capitalista que vai de 1968 a 1974, no decorrer da qual, como tão bem o demonstram os dados recolhidos por Cerqueira e Boschi, o componente fundamental da ideologia dos industriais nos anos 70 não foi nem o liberalismo, nem o nacionalismo, mas o autoritarismo (Cerqueira & Boschi, 1977, p. 182). Na segunda

fase, que corresponde ao período posterior ao “milagre econômico”, os industriais manifestaram periodicamente sua insatisfação em relação ao regime, particularmente quando foi abandonada, na política econômica, a prioridade dada à produção de bens de consumo duráveis destinados às classes médias urbanas. Essa nova tendência, que denota uma atitude mais agressiva nas reivindicações econômicas e, às vezes, no plano político, se exacerbou com a eleição do novo presidente da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP) no fim de 1980. Esses fatos permitem que se emita uma hipótese exploratória sobre as relações entre a burguesia e o Estado sob o autoritarismo militar. Na fase de eficácia econômica do sistema, a burguesia articulou-se e legitimou organicamente o “Estado burocrático-autoritário”; no “pós-milagre”, porém, desde que a crise começou a se agravar e que se modificaram as prioridades da economia, a burguesia manifestou crescentemente sua insatisfação com relação ao regime, inicialmente colocando em causa o nível de estatização da economia e, em seguida, o conteúdo da política econômica governamental, sem excluir escaramuças de natureza política. É nessa ótica, pois, que se pode entender, na situação de subordinação ao Estado que foi a da burguesia industrial após 1964, a passagem de uma atitude de submissão ao autoritarismo tecnocrático a um questionamento progressivo de uma economia sem milagre.

Bibliografia

- AMÉRIQUE LATINE (1981). *La bourgeoisie brésilienne en question*. Paris, Centre de Recherche sur L'Amérique Latine et le Tiers Monde, (5).
- CARDOSO, Fernando Henrique (1964). *Empresário industrial e desenvolvimento econômico*. São Paulo, Difel.
- _____. (1967). Hégémonie, bourgeoisie et indépendance économique: racines structurales de la crise politique brésilienne. *Les Temps Modernes*, /s.1., s. ed./, (257):680, out.
- _____. (1968). *Las elites empresariales en América Latina*. Santiago de Chile, ILPES.
- _____. (1977). Las classes sociales y la crisis política de América Latina. In: _____. *Classes sociales y crisis política en América Latina*. México, /s. ed./.
- CERQUEIRA, E. D. & BOSCHI, R. R. (1977). Elite industrial e Estado: uma análise nos anos 70. In: MARTINS, C. E., org. *Estado e capitalismo no Brasil*. São Paulo, HUCITEC/CEBRAP.
- DINIZ, E. (1978). *Empresário, Estado e capitalismo no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- FAUSTO, Boris (1970). *A revolução de 1930 (historiografia e história)*. São Paulo, Brasiliense.

- FERNANDES, Florestan (1976). **A revolução burguesa no Brasil (ensaio de interpretação sociológica)**. 3. ed. Rio de Janeiro, Zahar.
- _____. (1977). **A revolução burguesa no Brasil em questão**. São Paulo, HUCITEC.
- FIGUEIREDO, Vilma (1978). **Desenvolvimento dependente brasileiro (industrialização, classes sociais e Estado)**. Rio de Janeiro, Zahar.
- FURTADO, Celso (1974). **Analysis du modèle brésilien**, Paris, Anthropos.
- GUIMARÃES, G. (1977). Empresariado, tipos de capitalismo e ordem política, **Dados**, Rio de Janeiro, IUPERJ, (14):39.
- HERMET, G. (1975). Dictature bourgeoise et modernisation conservatrice: problèmes méthodologiques de l'analyse des situations autoritaires. **Revue Française de Science Politique**, Paris, /s. ed./, 15(6):1077-110, dez.
- HIRATA, H. (1979). Capitalisme d'État, bourgeoisie d'État et mode de production techno-bureaucratique, **Critique de l'Économie Politique**, Paris, /s. ed./, (6):86-107, jan./mar. (Nouvelle Série, 6).
- IANNI, O. (1965). **Estado e capitalismo – estrutura social e industrialização no Brasil**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- LAFER, C. (1975). **O sistema político brasileiro**. São Paulo, Perspectiva.
- MARTINS, C. E. (1974). **Tecnocracia e capitalismo (a política dos técnicos no Brasil)**. São Paulo, Brasiliense/CEBRAP.
- MARTINS, L. (1966). **Formação do empresário industrial**. Rio de Janeiro, UFRJ/Instituto de Ciências Sociais.
- _____. (1976). **Pouvoirs et développement économique (formation et évolution des structures politiques au Brésil)**. Paris, Anthropos.
- _____. (1968). **Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento**. Rio de Janeiro, Saga.
- _____. (1980). **A Revolução de 1930 e seu significado político**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas. (Seminário sobre a Revolução de 1930, mimeo).
- O'DONNELL, G. (1973). **Modernización y autoritarismo**. Buenos Aires, Paidós.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser (1977). **Estado e subdesenvolvimento industrializado (esboço de uma economia política periférica)**. São Paulo, Brasiliense.
- ROUQUIÉ, A. (1975). L'hypothèse bonapartiste et l'émergence des systèmes politiques semi-compétitifs. **Revue Française de Science Politique**, Paris, /s. ed./, 15(6):1029-61, dic.
- SCHMITTER, P. C. (1971). **Interest conflict and political change in Brazil**. Stanford, Stanford University.
- SOCIOLOGIE DU TRAVAIL (1963). **Tradition et innovation, la mentalité des entrepreneurs de São Paulo**. /s. l., s. ed./, (3):209-24. set.

- SODRÉ, N. WERNECK (1976). O golpe da burguesia. In: _____. **História da burguesia brasileira**. Rio de Janeiro, /s. ed./, p. 227.
- TOLEDO, C. N. de (1977). **ISEB: fábrica de ideologias**. São Paulo, Ática.
- TOURAINÉ, A. (1976). **Les sociétés dépendantes: essais sur l'Amérique Latine**. Paris, Duculot.
- TRINDADE, H. (1974). **Integralismo: o faxismo brasileiro dos anos 30**. São Paulo, Difel.
- WEFFORT, F. C. (1978). **Empresário, Estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.